



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

RESOLUÇÃO SEMFAZ Nº 002 /2021

Fixa o Calendário Tributário com prazo para recolhimento do IPTU/TSP relativo ao exercício de 2021 e dá outras providências.

O **Secretário Municipal de Fazenda de Macaé – RJ**, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 130 da Lei Complementar Nº 282/2018 – Código Tributário Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para pagamento do IPTU/TSP de 2021, que poderá ser quitado em cota única ou em até 9 (nove) parcelas mensais, de acordo com a seguinte tabela:

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DO IPTU/TSP – 2021

Cotas/Parcelas	cota única	cota única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela
Vencimento	26/02/2021	31/03/2021	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021

Parcelas	4ª parcela	5ª parcela	6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela
Vencimento	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	29/10/2021	30/11/2021

§ 1º Em obediência ao Calendário Tributário acima, o contribuinte fará jus aos seguintes descontos:

I – 10% (dez por cento) para o pagamento integral do IPTU/TSP até o vencimento da cota única em 26/02/2021;

II – 5% (cinco por cento) para o pagamento integral do IPTU/TSP até o vencimento da cota única em 31/03/2021.

§ 2º A cobrança com valor total abaixo de 25 URM será efetuada em cota única.

§ 3º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 25 URM.

§ 4º O pagamento do IPTU/TSP será efetuado pelos contribuintes somente nos estabelecimentos bancários autorizados e constantes dos respectivos carnês.

§ 5º A cota única e as parcelas estarão disponíveis no site www.macaee.rj.gov.br, a partir de 20 de janeiro de 2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

Art. 2º Não havendo expediente bancário em quaisquer dos prazos constantes dos carnês de IPTU/TSP, o vencimento será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 3º O pagamento em cota única ou em parcelas deverá ser feito nos vencimentos e em caso de atraso ficará sujeito aos acréscimos moratórios legais.

Art. 4º O pagamento de cada parcela independe de estarem pagas as anteriores e não presume a quitação das demais.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Fazenda não enviará o carnê de IPTU/TSP pelos Correios, considerando-se legalmente notificado o contribuinte após publicação da presente Resolução.

Art. 6º Havendo cobrança na mesma guia de qualquer outro tributo além do IPTU será assegurada ao contribuinte a impressão de 2ª via de carnê com a discriminação individualizada dos tributos, seus respectivos valores e cobranças.

Art. 7º O prazo de impugnação ou pedido de revisão dos valores de lançamento será o mesmo do vencimento da primeira parcela e havendo cobrança na mesma guia de qualquer outro tributo além do IPTU será assegurada ao contribuinte a impugnação parcial do lançamento, com a emissão imediata de outra guia excluindo o valor impugnado, ficando suspensa a exigibilidade do crédito restante até o julgamento final do litígio.

Art. 8º As alterações nos valores de lançamento somente serão efetivadas após despacho fundamentado da autoridade competente, através de processo administrativo, sob pena de responsabilidade funcional e sujeitando o infrator às penalidades previstas no Art. 3º da Lei Federal Nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que trata dos crimes contra a ordem tributária.

Art. 9º Poderão ser feitos lançamentos complementares sempre que os dados cadastrais do imóvel estiverem com valores errados ou informações insuficientes ao seu correto enquadramento legal.

Art. 11. Os pedidos de isenção do IPTU/TSP dos imóveis pertencentes à pessoa física portadora de qualquer das moléstias descritas no inciso III; dos imóveis alugados, dados em comodato ou arrendados aos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Município, dispostos no inciso IV e dos imóveis de propriedade das entidades e associações de que trata o inciso VI, e, todos do artigo 127 da Lei Complementar nº. 282/2018 poderão ser recebidos fora do prazo estabelecido no Calendário Tributário.

Art. 12. Excetuando-se as hipóteses previstas no artigo anterior, os demais pedidos de isenção deverão ser requeridos até a data do vencimento da primeira parcela ou da última cota única do carnê.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário

Macaé, 07 de janeiro de 2021.

CARLOS WAGNER DE MORAES
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado no Diário Oficial de Macaé – DOM em 09 de Janeiro de 2021